



Ensaio Viriato Soromenho-Marques

O enigma português de Vieira

Se há um gesto singular que explica a persistência de Portugal como país independente, esse terá sido, sem dúvida, a decisão de Nuno Álvares Pereira de enfrentar as forças castelhanas em Aljubarrota. No conselho de guerra que precedeu a batalha, o próprio D. João I, sensível à desproporção de 1 para 5 a favor de Castela, aconselhou uma manobra indireta: um ataque a Sevilha. Foi a determinação do jovem Condestável, que ameaçou enfrentar o inimigo apenas com os dois mil combatentes sob o seu comando direto, que conduziu à «decisão pelas armas». Sem Aljubarrota não teria sido possível a criação da dinâmica binária que explicou a existência de Portugal durante os seus três impérios (asiático, americano e africano), até 1974: um império para proteger o rincão europeu; uma política europeia para garantir a margem de manobra imperial. A atual crise existencial que ameaça Portugal, numa Europa contaminada pelos seus ressuscitados fantasmas hegemônicos, revela

que a II República se esqueceu das lições estratégicas iniciadas pelo Condestável, mas aprofundadas e alargadas por uma personalidade cuja obra e vida explicam o mistério português: o Padre António Vieira (1608-1697).

Vieira não poderia subscrever o lema autobiográfico de Oscar Wilde: «Eu investi todo o meu génio na minha vida, e apenas o meu talento nas minhas obras.» Nele a vida e a obra confundem-se e intensificam-se. A edição da sua *Obra Completa*, agora iniciada, vai permitir reconstituir a estatura deste homem que mais parece uma força da natureza.

MAIS DO QUE UM INDIVÍDUO, Vieira é uma multidão de heterónimos de carne e osso, tal a variedade dos seus talentos: missionário e diplomata; organizador e conselheiro de Estado; aventureiro e teólogo; réu da Inquisição e profeta. Este homem que habitou na terra e nas ondas do Atlântico, conviveu entre reis, soldados, papas e escravos. Para

os portugueses de 2013, é também o mais profundo conhecedor dos enigmas da nossa identidade coletiva.

Ao tomar o partido de D. João IV, passando num ápice de desconhecido a conselheiro e diplomata real para situações de urgência, Vieira foi um dos arquitetos da improvável Restauração de Portugal. Com escassos 1,5 milhões de habitantes, o país teve não só de enfrentar uma longa guerra com a maior potência da época, Espanha, mas também de travar uma guerra mundial com os rivais holandeses. Da derrota sofrida no Ceilão, às esforçadas vitórias em Goa, Angola e Brasil, Portugal viu as suas armas serem acrescentadas pelo talento estratégico de Vieira. Quis trazer os sefarditas portugueses (bem como os seus capitais) do coração dos Países Baixos para o apoio à pátria intolerante que os havia expulsado. Lutou com denodo pela integração dos índios como iguais num Brasil nascente, e administrativamente unificado. Percebeu, muito antes de Clausewitz, que também as armas fazem política, e que esta também desembainha a espada na boa diplomacia.

MAS O SEGREDO DE VIEIRA revela-se nestas imortais palavras, saudosamente escritas em Roma: «Para nascer, pouca terra. Para morrer, toda a terra. Para nascer, Portugal. Para morrer, o mundo.» A essência nacional reside nesta capacidade de sair de si próprio, de se transcender num império que, na sua visão de Vieira, deveria ser baseado num cristianismo universalista, casa de voluntária adesão para todos os povos.

Para um país, hoje ajoelhado perante um novo impulso suicidário europeu, a lição de Vieira é a de que Portugal não sobreviverá se a sobrevivência constituir o seu novo e exclusivo desígnio. O novo império a que Portugal deve ambicionar deverá ser o de uma Europa de cidadãos, iguais nas leis, mas diversos na pluralidade cultural que constitui o tesouro do Velho Continente. O federalismo seria, provavelmente, o profetismo de Vieira para o século XXI. Se este falhar, não será a miséria que Merkel e Gaspar prometem para duas gerações a prevalecer, mas sim a legítima defesa: na arriscada aventura da jangada de pedra de José Saramago. ▣



Para um país hoje ajoelhado, a lição de Vieira é que Portugal não sobreviverá se a sobrevivência constituir o seu novo e exclusivo desígnio